

# A renegociação técnica da dívida externa

Neste momento em que se observa grande confusão feita em torno dos problemas da renegociação da dívida externa, o ministro da Fazenda, sr. Francisco Dornelles, em entrevista exclusiva a esta folha, apresentou o assunto com toda a clareza, chamando a atenção para a distinção entre a negociação *técnica* e a negociação *política*, que não devem ser confundidas.

Em sua entrevista, muito didática, o ministro Francisco Dornelles, a despeito do tom contido, deixou transparecer certa irritação com algumas iniciativas, especialmente do Itamaraty, que, em meio a essa confusão, dificulta o bom andamento das complexas negociações. O ministro começou por esclarecer o papel do Fundo Monetário Internacional na atual renegociação. Fala-se, com certa levandade, em programas econômicos ortodoxos impostos pelo FMI. O sr. Francisco Dornelles ressaltou que o organismo internacional não fixa programas, mas apenas avalia alguns agregados econômicos que fundamentam as perspectivas econômicas do programa elaborado pelo país interessado. Embora possam surgir divergências na avaliação desses agregados, isso não significa

que o FMI quer impor sua política a nenhum país. Na realidade, conforme diversos exemplos o atestam e como se deu recentemente com a Argentina, um país em situação econômica delicada tem de seguir um programa de ajustamento que, eventualmente, pode ser até mais austero do que o inicialmente discutido e aprovado pelo FMI.

O Brasil hoje procura obter a aprovação do FMI não tanto com vistas a recursos que deste modo receberia do organismo internacional, mas, principalmente, para que o FMI mobilize os bancos credores num programa de consolidação da dívida externa nacional. Na presente fase, a divergência entre o FMI e nosso governo concerne à avaliação dos agregados. O ministro da Fazenda fez ver, na entrevista, que bem melhor do que a assinatura precipitada de um acordo, cujos compromissos a curto prazo poderiam não ser cumpridos, seria esperar mais alguns meses, até que a situação do País esteja bem definida, para redigir uma "carta de intenção" que possa ser respeitada nas suas grandes linhas. O Brasil deve apenas procurar, sem acordo formal, fornecer ao FMI algumas garantias de seriedade para que possa convidar os bancos credores a

prorrogar a fase II da renegociação, que lhe permitirá dispor de linhas de crédito de curto prazo no valor de 16,5 bilhões de dólares, absolutamente indispensáveis à saúde de sua economia.

Uma vez concertado o acordo com o FMI, poder-se-á então discutir plenamente a fase III da renegociação com os bancos, cuja interrupção ocasionou grandes perdas para o País, uma vez que este agora paga um *spread* maior do que os bancos estavam inclinados a cobrar. A discussão com os bancos deve ser conduzida, no terreno técnico, pelo Banco Central. As idéias que se levantaram quanto a uma discussão política da dívida com os bancos privados não fazem sentido. O Brasil quer impor a países de economia francamente liberal um esquema socialista. O ministro Francisco Dornelles frisou que estão equivocados os que querem manter discussões com a Comunidade Econômica Européia (CEE) e no seio do Grupo de Cartagena.

Cada país endividado está resolvendo seus problemas em negociações bilaterais, e não interessa que se coloquem no mesmo plano a situação do Peru e a do Brasil. Além do mais, seria totalmente inútil manter

discussões com um organismo como a CEE, que não tem poderes para impor suas decisões aos bancos dos países que a integram.

A renegociação com os bancos, no plano técnico, será muito difícil. Aliás, algumas idéias ora em moda, como a discussão política do problema, a ameaça de moratória ou o calote, integral, disfarçado ou pela metade, não estão ajudando a assegurar a tecnicidade desejável à renegociação com os bancos.

A negociação política não é desdenhada pelo ministro da Fazenda, para quem ela deve ser conduzida paralelamente, mas não com as mesmas pessoas. A negociação política deve considerar o contexto econômico internacional que permitirá resolver o problema da dívida externa. Cabe à discussão entre governos mostrar que a recessão não deixa margem para o pagamento da dívida, nem tampouco o protecionismo. É no âmbito político que se deve tratar de convencer os países responsáveis pela elevação da taxa de juros a tomar medidas concretas. A confusão criada entre os dois terrenos, que certamente interessa a alguns, só pode retardar a solução do urgente problema.